

## Geopolítica da Pan-Amazônia: o papel do Brasil e o poder transformador de seus núcleos estratégicos<sup>1</sup>

Geopolitics of Pan-Amazonia: Brazil's role and the transformative power of its strategic hubs

Geopolítica de la Pan-Amazônia: el papel de Brasil y el poder transformador de sus núcleos estratégicos

Géopolitique de la Pan-Amazonie : le rôle du Brésil et le pouvoir transformateur de ses noyaux stratégiques

**Data de submissão:** 30 de maio de 2025

**Data da aprovação:** 12 de agosto de 2025

*Guilherme Sandoval Góes<sup>2</sup>  
Carlos Alberto Rattmann<sup>3</sup>*

---

### Resumo

A Pan-Amazônia é uma ampla região transfronteiriça situada na porção norte da América do Sul, englobando áreas pertencentes a nove países e abrangendo a Floresta Amazônica, que emerge como uma zona estratégica, com grande relevância ambiental, social e geopolítica. Essa região se sobressai pela diversidade etnológica, pela abundância de recursos hídricos e pela presença de recursos naturais estratégicos, enriquecida por uma biodiversidade singular. Tais características despertam o interesse de diversos atores internacionais, ao mesmo tempo em que impõem complexos desafios de caráter transfronteiriço. Desarte, este artigo tem como objetivo principal analisar o poder transformador dos núcleos estratégicos (indústria, academia e governo) do Brasil como os principais vetores para impulsionar o desenvolvimento da Pan-Amazônia como um todo. Nesse sentido, parte da hipótese de que a articulação estratégica entre empresas, universidades e o Estado brasileiro é decisiva para converter o potencial da Pan-Amazônia em poder concreto para todos os países da região. Cabe ao Brasil liderar esta aliança estratégica, no âmbito da concepção mais ampla da Grande Estratégia da Tríplice Triáde (Góes, 2024), como a chave para um futuro de prosperidade para a região. Esta pesquisa, exploratória e qualitativa, fundamenta-se em referências bibliográficas e documentos, propondo uma Grande Estratégia Pan-Amazônica sob liderança brasileira

**Palavras-chave:** geopolítica, Pan-Amazônia, núcleos estratégicos.

### Abstract

Pan-Amazonia is a vast transboundary region in northern South America. It encompasses areas belonging to nine countries and includes the Amazon Rainforest, which stands out as a strategic zone with significant environmental, social, and geopolitical relevance. This region is notable for its ethnological diversity,

<sup>1</sup>Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001.

<sup>2</sup>Coordenador do PPGSID da Escola Superior de Guerra (ESG). Pós-doutor em Geopolítica, Cultura e Direito pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

<sup>3</sup>Doutorando e Mestre em Ciências Aeroespaciais pelo Programa de Pós-graduação (PPGCA) da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Advogado especialista em Direito Internacional pela Universidade Positivo (UP). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

abundant water resources, and a wealth of strategically important natural assets, all enriched by unique biodiversity. These characteristics attract the interest of various international actors while simultaneously posing complex transboundary challenges. Therefore, this article primarily aims to analyze the transformative power of Brazil's strategic hubs (industry, academia, and government) as the main drivers for fostering the development of Pan-Amazonia as a whole. The underlying hypothesis is that the strategic articulation among companies, universities, and the Brazilian State is crucial to convert Pan-Amazonia's potential into tangible power for all countries in the region. Brazil is poised to lead this strategic alliance, within the broader concept of the Grand Strategy of the Triple Triad (Góes, 2024), as the key to a prosperous future for the region. This exploratory and qualitative research is based on bibliographical sources and official documents, proposing a Pan-Amazonian Grand Strategy under Brazilian leadership.

**Keywords:** geopolitics, Pan-Amazon, strategic centers.

## Resumen

La Pan-Amazônia es una amplia región transfronteriza situada en la parte norte de América del Sur, que abarca territorios pertenecientes a nueve países e incluye la Selva Amazónica, la cual se erige como una zona estratégica de gran relevancia ambiental, social y geopolítica. Esta región destaca por su diversidad etnológica, la abundancia de recursos hídricos y la presencia de recursos naturales estratégicos, enriquecida por una biodiversidad singular. Tales características suscitan el interés de diversos actores internacionales, al tiempo que plantean complejos desafíos de carácter transfronterizo. En este sentido, el presente artículo tiene como objetivo principal analizar el poder transformador de los núcleos estratégicos (industria, academia y gobierno) de Brasil como los principales vectores para impulsar el desarrollo de la Pan-Amazônia en su conjunto. Se parte de la hipótesis de que la articulación estratégica entre empresas, universidades y el Estado brasileño es decisiva para convertir el potencial de la Pan-Amazônia en poder concreto para todos los países de la región. Corresponde a Brasil liderar esta alianza estratégica, en el marco de la concepción más amplia de la Gran Estrategia de la Tríplice Tríada (Góes, 2024), como clave para un futuro de prosperidad para la región. Esta investigación, de carácter exploratorio y cualitativo, se fundamenta en referencias bibliográficas y documentos, proponiendo una Gran Estrategia Pan-Amazónica bajo liderazgo brasileño.

**Palabras clave:** geopolítica, Pan-Amazônia, núcleos estratégicos.

## Résumé

La Pan-Amazone est une vaste région transfrontalière située dans la partie nord de l'Amérique du Sud, englobant des territoires appartenant à neuf pays et comprenant la Forêt amazonienne, qui se présente comme une zone stratégique de grande importance environnementale, sociale et géopolitique. Cette région se distingue par sa diversité ethnologique, l'abondance de ses ressources hydriques et la présence de ressources naturelles stratégiques, enrichie par une biodiversité singulière. Ces caractéristiques suscitent l'intérêt de divers acteurs internationaux, tout en posant de complexes défis de nature transfrontalière. Ainsi, le présent article vise principalement à analyser le pouvoir transformateur des noyaux stratégiques (industrie, université et gouvernement) du Brésil en tant que principaux vecteurs pour stimuler le développement de l'ensemble de la Pan-Amazone. L'hypothèse de départ est que l'articulation stratégique entre les entreprises, les universités et l'État brésilien est décisive pour convertir le potentiel de la Pan-Amazone en pouvoir concret pour tous les pays de la région. Il revient au Brésil de diriger cette alliance stratégique, dans le cadre de la conception plus large de la Grande Stratégie de la Triple Triade (Góes, 2024), en tant que clé pour un avenir prospère dans la région. Cette recherche, de nature exploratoire et qualitative, s'appuie sur des références bibliographiques et des documents, et propose une Grande Stratégie pan-amazonienne sous leadership brésilien.

**Mots-clés :** géopolitique, Pan-Amazone, noyaux stratégiques.



## 1 INTRODUÇÃO

A Pan-Amazônia é uma ampla região situada na porção norte da América do Sul, abrangendo áreas pertencentes a nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa (território ultramarino francês). Trata-se de uma região que é berço da maior floresta tropical e da mais rica reserva de biodiversidade do planeta, representando um espaço geopolítico com vasto patrimônio ecológico, que ainda não está devidamente explorado pelos países amazônicos que a compartilham. Converter em poder real todo este imenso potencial energético, ambiental/verde, aquífero, de biodiversidade, conhecimento ancestral dos povos indígenas e de recursos naturais, demanda ações coordenadas dos verdadeiros vetores do desenvolvimento: os núcleos estratégicos – as empresas, as universidades e os entes estatais brasileiros, em articulação com seus pares nos demais países amazônicos.

Com efeito, a Pan-Amazônia só conseguirá realizar plenamente todo este potencial geopolítico se houver ações sinérgicas de seus núcleos estratégicos, sejam brasileiros, sejam dos demais países da região. Empresas inovadoras, universidades geradoras de conhecimento tecnológico e governos atuando como órgãos financiadores e reguladores, dentro de cada nação amazônica e em estreita cooperação regional, serão os atores transformadores, que podem garantir um futuro de desenvolvimento e bem-estar social para a região e seus povos.

O surgimento do movimento ambientalista, entre as décadas de 1960 e 1970, colocou os recursos naturais e o meio ambiente no centro dos debates econômicos, sociais e políticos. Sua crítica ao modelo de desenvolvimento da época revelava não apenas um conflito, mas uma potencial contradição entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental (Damasceno et al., 2011).

Nessa conjuntura, em 1978, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela formalizaram o Tratado de Cooperação Amazônica visando o desenvolvimento regional equilibrado. Esse acordo buscava assegurar a distribuição equitativa dos benefícios econômicos e conciliar o crescimento com a preservação ambiental por meio da cooperação multilateral. No Brasil, o tratado foi internalizado em 18 de agosto de 1980, por meio do Decreto nº 85.050, consolidando-se como um marco significativo da diplomacia ambiental na região.

Um conceito fundamental que surge no contexto do Tratado é o de Pan-Amazônia, referindo-se ao território amazônico compartilhado pelos países que assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica. Essa noção vai além da dimensão geográfica, abrangendo a visão integrada de desenvolvimento sustentável e gestão cooperativa dos recursos naturais entre as nações participantes. Isso permite uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre elas.

Nessa mesma perspectiva, Souza (2014) define a Pan-Amazônia como uma ideia que:

[...] nasce da junção de todos os espaços pertencentes à drenagem da bacia amazônica, e que tem florestas densas e úmidas. No entanto, esse conceito que tem em sua origem aspectos naturais estendeu-se para o âmbito social a partir da percepção dos problemas que se assemelham e que tem propiciado um conflito territorial, o que fortalece uma geopolítica dos grupos étnicos em torno da resistência aos impactos socioambientais das políticas desenvolvimentistas na região. (Souza, 2014, p. 59).

A Pan-Amazônia compreende o maior bioma florestal tropical e o mais extenso sistema hidrográfico em escala global, ocupando uma área de aproximadamente 7,8 milhões de quilômetros quadrados, distribuídos territorialmente entre nove países. Do ponto de vista geopolítico e econômico, destaca-se que essa macrorregião biogeográfica, com expressiva concentração espacial no território brasileiro, que detém 67,8% da área total, confere ao Brasil notável preponderância no contexto regional, contrastando com a participação de outras nações, como o Peru, cuja parcela territorial amazônica se limita a 13% do total (Penna Filho, 2013).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2025):

A Região Amazônica é tema incontornável nos debates internacionais contemporâneos sobre recursos naturais, desenvolvimento sustentável, mudança do clima e biodiversidade. Com população de aproximadamente 38 milhões de pessoas, a Amazônia ocupa 40% do território sul-americano e abriga a maior floresta megadiversa do mundo, habitat de 20% de todas as espécies de fauna e flora existentes. A Bacia Amazônica contém cerca de 20% da água doce da superfície do planeta. O Ciclo Hidrológico Amazônico alimenta um complexo sistema de aquíferos e águas subterrâneas, que pode abranger uma área de quase 4 milhões de km<sup>2</sup> (Brasil, 2025).

Devido à importância estratégica da Amazônia, os países que integram esse ecossistema lidam com desafios significativos e, simultaneamente, oportunidades. Seguindo essa linha, e buscando harmonizar e intensificar a cooperação regional, os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) aprovaram, em Caracas (Venezuela), o Protocolo de Emenda ao tratado, duas décadas após sua assinatura. Tal iniciativa resultou na criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), uma instituição internacional dotada de estrutura permanente e financiamento próprio (Brasil, 2025).

Em dezembro de 2002, o Governo brasileiro e a OTCA assinaram um acordo que estabeleceu a sede da Secretaria Permanente da Organização em Brasília. É importante ressaltar que, até o momento, a OTCA permanece como a única organização internacional multilateral com sede no Brasil (Brasil, 2025).

Para a consecução dos objetivos almejados pelos países integrantes da OTCA, torna-se imprescindível a adoção da cultura dos núcleos estratégicos visando o desenvolvimento econômico sustentável, respeitando a preservação ambiental, e proporcionando bem-estar às populações locais. Assim, o presente artigo visa compreender como a articulação entre empresas, universidades e entes estatais na Pan-Amazônia serve como condição necessária para consolidar esse espaço pan-amazônico como vetor de poder geopolítico de relevância regional, em conformidade com os preceitos de soberania, desenvolvimento sustentável e integração sul-americana.

Com efeito, a partir do conceito de núcleos ou atores estratégicos — aqui concebidos como uma expansão do tradicional conceito de tríplice hélice (empresas, universidades/instituições de pesquisa e governo) —, que, agindo em plena sinergia, devem promover o desenvolvimento nacional, eliminar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais, dentro de uma sociedade livre, justa e solidária, conforme delineado nos incisos I a IV do art. 3º da Constituição Federal.<sup>4</sup>

Nesse contexto, a consolidação da OTCA alinha-se não somente ao disposto no artigo 4º, parágrafo único, mas, principalmente, ao artigo 3º, incisos I a IV, da Constituição de 1988 (Brasil, 2024), que estabelecem como objetivos da República Federativa do Brasil a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como os pilares do desenvolvimento nacional ancorados na busca pela redução das desigualdades sociais e regionais, a erradicação da pobreza e da marginalização e a promoção de vida digna para todos os brasileiros.

Isso significa que a formulação de uma “Grande Estratégia da Pan-Amazônia” deve prever ações estratégicas do Estado, sincronizadas, para criar empresas e fortalecer as universidades e os centros de pesquisa da região. Ou seja, a resiliência e a ampliação da hélice tríplice da região (indústria-academia-governo) têm o potencial de ser a principal via para garantir os direitos fundamentais das populações indígenas e ribeirinhas da Pan-Amazônia. Efetivamente, a formulação de tal estratégia pode ser crucial para a proteção dessas comunidades que têm uma conexão profunda com a terra e dependem dela para a preservação da sua diversidade cultural, linguística e biológica. Garantir seus direitos é, portanto, não apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade estratégica para o Brasil, aí incluído o ganho exponencial positivo que a nossa projeção internacional pode adquirir no seio do Sistema de Governança Global.

Além disso, a estratégia tem o potencial de desempenhar um papel significativo na preservação ambiental da Pan-Amazônia, que é um dos ecossistemas mais ricos e diversos do mundo, e sua proteção é vital para a regulação do clima global e para a saúde do nosso planeta. Seu grande desafio é construir um arquétipo estratégico capaz de encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessidade de conservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social da região pan-amazônica.

Assim, para a harmonização desses valores constitucionais que colocam em tensão o desenvolvimento nacional e a proteção do meio ambiente, a Grande Estratégia da Pan-Amazônia deve buscar o princípio da concordância prática, que pressupõe concessões mútuas entre esses dois dispositivos constitucionais de mesma dignidade normativa.

Em suma, saliente-se que esses preceitos constitucionais representam uma diretriz geopolítica fundamental para a Grande Estratégia brasileira. Contudo, embora a integração latino-americana seja o caminho mais promissor a longo prazo, sua implementação enfrenta desafios estruturais e políticos complexos. Nesse contexto, a OTCA emerge como um mecanismo estratégico mais viável no cenário regional, por concentrar-se na Pan-Amazônia, uma área de interesses comuns e prioridades tangíveis para os países membros.

---

<sup>4</sup>Assim, por núcleos estratégicos entendem-se todos aqueles atores, entes, empresas ou segmentos, privados ou estatais, quer sejam econômicos, comerciais, tecnológicos, acadêmicos, científicos, financeiros, normativos / reguladores ou industriais, desde que sejam capazes de participar eficazmente da competição internacional sob os influxos das cadeias globais de produção, conhecimento e valor, com ou sem investimento por parte do Estado brasileiro. (Góes, 2022, p. 70).



Diante desse cenário, portanto, cabe ao Brasil, enquanto guardião natural da maior parcela territorial da Pan-Amazônia, a missão de reger essa orquestra geopolítica, afinando seus Núcleos Estratégicos e sincronizando os instrumentos diplomáticos para alcançar um concerto exitoso. Por fim, essa situação se traduz no simples apotegma: “Ou o Brasil assume sua natural liderança na América do Sul ou se subordina geopoliticamente a um ou mais centros de poder, principalmente à China ou aos Estados Unidos” (Góes, 2024, p. 38).

## 2 A GEOPOLÍTICA DA PAN-AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA MULTILATERAL BRASILEIRA

Desde os primórdios da colonização até a contemporaneidade, a Amazônia tem sido alvo de estratégias de exploração econômica e ocupação territorial primordialmente voltadas a atender demandas exógenas. A soberania sobre esta região sempre constituiu elemento crucial na política externa brasileira, como evidenciado já no período colonial pela expansão portuguesa além dos limites do Tratado de Tordesilhas, um movimento geopolítico decisivo para assegurar o domínio luso sobre a bacia amazônica (Aguiar Cavalcante, 2025).

Sob essa ótica, destaca-se a contribuição da professora Bertha Becker (2005), cuja abordagem geopolítica ressalta que:

A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras (Becker, 2005, p. 71).

Nessa mesma perspectiva analítica, Ferreira (2024) posiciona a Amazônia como eixo estruturante das políticas de desenvolvimento nacional, sob a ótica do poder central, argumentando que:

A Amazônia, de modo mais intenso que outras regiões do Brasil, dada a sua importância estratégica, geopolítica e ambiental, foi e continua sendo alvo de diversos planos governamentais direcionados a seu processo de ocupação e de uso de seu território, como resultado de um planejamento geopolítico para a efetiva incorporação dessa imensa região ao território nacional, com o objetivo de integrá-la à economia nacional e estimular a migração (Ferreira, 2024, p. 29).

Contudo, na formulação de políticas transnacionais para a área da Pan-Amazônia brasileira, observa-se a prevalência dos interesses comerciais e do desenvolvimento econômico-produtivo sobre as dimensões sociais, ambientais e de segurança coletiva (Souza Leite Garcia et al., 2024). Essa região estratégica abriga sistemas hídricos transfronteiriços, como é o caso da bacia internacional do rio Amazonas, o aquífero Alter do Chão, complexos lacustres e reservas freáticas. Dispõe, ainda, de uma infraestrutura logística hídrica, com vias fluviais essenciais para o transporte de pessoas (mobilidade populacional), da produção agrícola local e dos recursos naturais extraídos do território. Por fim, essa região se destaca por um patrimônio ecológico único dotado de biomas terrestres de relevância global e ecossistemas fundamentais para o equilíbrio ambiental.

Na visão de Kourliandsky (2023) o interesse pela região amazônica tem suas raízes no século XVI:

A Amazônia responde a um imaginário europeu posteriormente ocidentalizado. Esse imaginário, ainda que multifacetado, foi construído por colonizadores espanhóis, franceses e portugueses desde o século XVI. Posteriormente, foi “enriquecido” pelas potências “imperiais” do século XIX e, atualmente, pelas potências do G7 e suas organizações não governamentais (Kourliandsky, 2024, p. 6, tradução nossa).



Já em 1938, Mario Travassos destacava a necessidade de o Brasil reconhecer a grandiosidade geográfica da região amazônica. Com efeito, a Pan-Amazônia, formada pelos nove países que compartilham o bioma amazônico – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa – constitui-se como uma das regiões mais estratégicas do mundo sob os aspectos ambientais, econômicos, culturais e geopolíticos.

Diante da crescente pressão internacional pela preservação ambiental, somada aos desafios internos de desenvolvimento socioeconômico e integração regional, torna-se indispensável que o Brasil exerça uma liderança proativa e responsável na formulação de uma Grande Estratégia multilateral para a Pan-Amazônia.

É nesse diapasão que se pretende salientar a relevância geopolítica da região para o Brasil, bem como a necessidade de harmonização entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável e, sobretudo, a urgência de consolidação de uma grande estratégia multinacional sob a liderança brasileira, tendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como plataforma institucional prioritária.

Dessarte, a OTCA se apresenta como o mecanismo multilateral mais adequado para coordenar os interesses convergentes e mediar as tensões entre os países amazônicos. Como já visto, criada em 1978 e revitalizada nos últimos anos, a organização possui a legitimidade e o escopo jurídico-institucional necessário para abrigar uma Grande Estratégia Pan-Amazônica, capaz de articular políticas ambientais, econômicas, de segurança e sociais, sob a lógica da soberania compartilhada e da solidariedade regional.

A liderança brasileira na OTCA não deve se restringir à defesa de interesses nacionais, mas assumir a responsabilidade de construir consensos e arquitetar uma estratégia de longo prazo que busque o equilíbrio entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Isso implica, necessariamente, harmonizar os princípios constitucionais da promoção do desenvolvimento nacional e da proteção do meio ambiente por meio do princípio da concordância prática, evitando hierarquizações normativas e privilegiando soluções integradoras.

A integração pan-amazônica enfrenta desafios complexos: disparidades econômicas entre os países-membros, instabilidades políticas, insuficiência de infraestrutura de transporte e comunicação, além de interesses geopolíticos extrarregionais divergentes. Contudo, a região também oferece oportunidades únicas de cooperação científica, desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis e valorização dos saberes tradicionais.

A articulação de projetos conjuntos de pesquisa sobre mudanças climáticas, manejo sustentável de recursos naturais e segurança alimentar, aliados a programas de capacitação profissional e inclusão digital, poderá transformar a Pan-Amazônia em um laboratório global de desenvolvimento sustentável e inovação socioambiental.

Como, por exemplo, o Planejamento Espacial Marinho (PEM) que, segundo a fundamentação teórica de Andrade e Carvalho (2025), se caracteriza como:

[...] uma ferramenta internacionalmente conhecida para a organização e governança dos espaços marinhos e das atividades, econômicas ou não, desenvolvidas nesses espaços. Sendo um processo público de mapeamento e análise da área marítima que envolve múltiplos interesses, atores e fatores, mostra-se uma tarefa complexa. O PEM é uma necessidade do Estado brasileiro consonante com o compromisso assumido pelo país perante a comunidade internacional (Andrade e Carvalho, 2025, p. 6).

Diante da crescente complexidade das dinâmicas securitárias globais e do papel estratégico do Brasil no desenvolvimento sustentável da Amazônia, o país precisa implementar uma atuação multidimensional que combine via diplomática ativa, estratégias integradas e cooperação multinível entre os integrantes da OTCA.

Para concluir, nesse sentido, ressalte-se a visão de Spader (2024) acerca deste tema:

[...] o Brasil tem implementado políticas públicas em diversas esferas do Poder Nacional para promover a proteção ambiental da Amazônia Legal, com vistas à manutenção da soberania territorial. Essas iniciativas visam fortalecer a governança ambiental; aumentar a presença estatal no Norte; combater o desmatamento e o garimpo ilegal; promover a pesquisa e inovação; e garantir a sustentabilidade da Amazônia Legal. Ainda, soluções multilaterais estão no escopo da segurança ambiental brasileira, nas quais é reconhecida a importância da cooperação internacional para lidar com os desafios socioambientais na Região (Spader, 2024, p. 14).



A Pan-Amazônia constitui um espaço geopolítico singular, onde se interpõem desafios complexos e oportunidades estratégicas que demandam do Brasil o exercício de uma liderança proativa e responsável. Essa atuação deve pautar-se pelos interesses nacionais e regionais, em consonância com os princípios constitucionais e compromissos internacionais assumidos, na conjugação de desenvolvimento sustentável com a preservação do bioma amazônico.

### 3 A PAN-AMAZÔNIA COMO UM DOS ALICERCES DA TRÍADE SUL-AMERICANA NO ÂMBITO DA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

O posicionamento do Brasil na emergente ordem multipolar constitui um desafio estratégico fundamental para o país no século XXI. Diante da reconfiguração do poder global há duas opções: assumir papel de protagonista na construção desta nova arquitetura internacional ou desempenhar um papel periférico, adotando uma posição meramente espectadora diante do contexto mundial.

O Brasil precisa, com urgência, de uma Grande Estratégia, um projeto que vá além da Estratégia Nacional de Defesa (END), da Política de Defesa Nacional (PND) ou de planos econômicos isolados. Essa visão abrangente deve integrar todos os instrumentos de poder nacional, no âmbito político, econômico, militar e diplomático, para alcançar os objetivos permanentes da nação, que estão definidos em nossa Constituição.

Como magistralmente expressou Meira Mattos, nosso conceito de desenvolvimento é profundamente democrático e se nutre das raízes da filosofia cristã. Longe de se restringir a um mero crescimento econômico, o verdadeiro desenvolvimento, para ser autêntico, deve ser integral, isto é, precisa promover simultaneamente todos os homens em sua plenitude e cada homem em sua totalidade (Mattos, 1975).

Nesse sentido, para examinar a Pan-Amazônia como um dos alicerces da tríade sul-americana, é necessário antes compreender as bases fundantes da Grande Estratégia da Trílice Tríade (Góes, 2024), que organiza a projeção internacional do País a partir de três tríades interdependentes (sul-americana, atlântica e do poder mundial), dentro de uma visão mais abrangente e integrada das prioridades estratégicas do Brasil. Essas tríades refletem os principais desafios internos e externos do Brasil no cenário global e suas ambições geopolíticas de se posicionar entre as cinco primeiras potências globais.

O primeiro eixo estratégico, **Tríade Sul-americana**, postula a América do Sul como espaço vital (lebensraum) do Brasil, área de influência fundamental para projetar seu poder e consolidar seu protagonismo na nova configuração da ordem global pós-moderna. Por conseguinte, o desafio central da Grande Estratégia brasileira consiste em articular sinergicamente os três eixos geopolíticos fundamentais da América do Sul: o Arco Amazônico, o Pacto Andino e o Cone Sul. Nesse contexto tridimensional, analisa-se igualmente as possibilidades de projeção brasileira rumo ao Oceano Pacífico.

A segunda dimensão estruturante da Grande Estratégia brasileira configura-se na **Tríade Atlântica**, concebida como pilar fundamental da política oceânica nacional. Este eixo estratégico integra três componentes essenciais: a Amazônia Azul (área marítima soberana); a projeção estratégica para a África Ocidental e o espaço lusófono (CPLP)<sup>5</sup> e a presença na Frente Antártica. Paralelamente à função da Tríade Sul-americana como vetor de expansão para o Pacífico, a Tríade Atlântica incorpora igualmente a projeção de interesses brasileiros em direção ao Oceano Ártico, completando assim o espectro de atuação oceânica do país.

Assim, partindo do pressuposto de que a oceanopolítica representa a dimensão marítima da geopolítica global, compreende-se que a oceanopolítica brasileira consiste na estratégia de utilização dos espaços oceânicos como vetor de desenvolvimento nacional e projeção de poder do Estado brasileiro.

O terceiro eixo estruturante, denominado **Tríade do Poder Mundial**, articula as relações estratégicas do Brasil com os três principais centros de poder mundial: Estados Unidos, Europa e China. Evidentemente, sem prejuízo das relações com outras potências relevantes como Rússia, Índia e Japão. Neste âmbito, a plena inserção competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor, incluindo suprimentos, produção e inovação, requer uma abordagem tripartite que contemple simultaneamente os mercados norte-americano, europeu e asiático, com ênfase especial no dinamismo chinês.

Como eixo central desta tríade de influência global, destaca-se o imperativo de formular uma Grande Estratégia brasileira autônoma, capaz de engajar-se com esses polos hegemônicos sem subordinação geopolítica, preservando a independência decisória nacional.

<sup>5</sup>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O diagrama abaixo (Figura 1) delinea os pilares fundamentais da Grande Estratégia brasileira para o século XXI, com ênfase no desenvolvimento integrado do ecossistema inovador: a articulação produtiva entre setor industrial, instituições acadêmicas e políticas governamentais.

**Figura 1** - A estratégia brasileira da Tríplice triade



**Fonte:** Adaptado de Góes (2024).

Segundo Góes (2024), a Grande Estratégia Nacional brasileira fundamenta-se em três premissas essenciais:

- a) a primeira premissa é que seus objetivos inerentes são os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil já devidamente catalogados na Constituição, ou seja, os objetivos da Grande Estratégia brasileira são os objetivos previstos no artigo 3º, incisos I a IV, da CRFB/88;
- b) a segunda premissa é que a Grande Estratégia deve ser formulada com o compromisso inafastável de concretizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira: elevar nossa Nação a uma posição de destaque entre as cinco maiores potências do globo;
- c) a terceira premissa é que se deve priorizar as ações estratégicas intrinsecamente vinculadas aos nossos quatro grandes arquétipos geopolíticos, os quais conferem ao Brasil a condição de superpotência nos âmbitos energético, alimentar, ambiental e aquífero (Góes, 2024, p. 44-45).

Portanto, o terceiro eixo estratégico para o século XXI consolida-se na priorização do desenvolvimento nacional baseado em quatro arquétipos geopolíticos fundamentais que projetam o Brasil como: superpotência energética, superpotência alimentar, superpotência aquífera e superpotência ambiental (Figura 2).

Nesse contexto, as vocações estratégicas do Brasil como superpotência hídrica e ambiental estão intrinsecamente vinculadas ao bioma Pan-Amazônico integrado ao seu território nacional.

**Figura 2** - Arquétipos geopolíticos fundantes da Grande Estratégia brasileira no século XXI



**Fonte:** Adaptado de Góes (2024).



No bojo dessa estratégia, destaca-se a aplicação do conceito expandido de tríplice hélice – empresas, universidades e governo – como eixo estruturante para a criação de núcleos estratégicos regionais. A atuação sinérgica desses atores, organizada em plataformas de cooperação regional e transnacional, pode promover o desenvolvimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social, reduzindo desigualdades e fortalecendo a integração latino-americana, conforme estabelecido no artigo 3º, incisos I a IV, da Constituição Federal de 1988.

Essa metodologia propõe não apenas o fortalecimento das instituições locais de ensino e pesquisa e a criação de empresas voltadas para a bioeconomia, energias renováveis e serviços ambientais, mas também a implementação de políticas públicas capazes de garantir os direitos das comunidades tradicionais e indígenas, cuja relação simbiótica com a floresta é essencial para a preservação dos saberes, culturas e práticas que sustentam a diversidade biológica e cultural da região.

Eis aqui a base fundante da geopolítica da Pan-Amazônia, qual seja, a articulação das ações de empresas, universidades e países amazônicos, voltada para os desafios do desenvolvimento sustentável da região. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível, por conseguinte, compreender o processo histórico de ocupação dessa região como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Brasil, como maior detentor de seu território e ator de destaque no cenário internacional, exerce influência decisiva na América do Sul. As políticas adotadas pelo país ao longo do tempo servem não apenas como referência, mas também como lição para outras nações, seja como modelo a ser seguido, seja como advertência sobre possíveis equívocos (Rito, 2024).

Nesse sentido, para conquistar seu reconhecimento como guardião internacional da Amazônia, o Brasil deve empreender uma análise crítica de suas políticas históricas de ocupação e desenvolvimento regional, identificando tanto avanços quanto contradições inerentes a esse processo. Dessa avaliação, será possível extrair subsídios teóricos e empíricos capazes de fundamentar um modelo de gestão sustentável, adaptado às complexidades biogeográficas e socioculturais da região.

Em suma, para converter seu imenso potencial em poder real, é necessário formular uma estratégia multinacional da Pan-Amazônia, onde a atuação do setor empresarial e industrial é crucial para desenvolver cadeias produtivas de alto valor agregado e baixo impacto ambiental.

Urge, pois, fixar investimentos em bioeconomia (fármacos, cosméticos, bioprodutos), bem como em tecnologias verdes e serviços ambientais (como créditos de carbono), capazes de gerar riqueza diretamente na região, criando empregos qualificados e promovendo a substituição do desmatamento e do garimpo ilegal. Nesse diapasão, empresas nacionais e regionais, apoiadas por ações estratégicas dos Estados amazônicos, são os arquitetos da transformação de recursos naturais em produtos competitivos globalmente, estabelecendo uma sólida base econômica que fortaleça a posição geopolítica dos países amazônicos.

Por sua vez, as universidades e centros de pesquisa são os vetores do conhecimento necessário para desvendar e aproveitar racionalmente o potencial amazônico. Elas são imprescindíveis para: mapear a biodiversidade e os ecossistemas do arco amazônico; desenvolver tecnologias relacionadas diretamente às especificidades regionais; e formar capital humano altamente qualificado para atuar nesses novos setores da economia verde.

Ainda dentro de uma estratégia pan-amazônica, é urgente preservar e valorizar os saberes tradicionais das comunidades indígenas, integrando-os a soluções tecnológicas inovadoras, devidamente patenteadas. Este conhecimento científico e tecnológico deve ser gerado em rede com instituições estrangeiras e de outros países amazônicos, formando uma base sólida para o desenvolvimento de novos produtos verdes.

Da mesma forma, o poder público, em todos os seus níveis (federal, estadual, municipal), e em cooperação pan-amazônica, devem ser capazes de formular e implementar ações dentro de uma Grande Estratégia Pan-Amazônica, que se volte para o desenvolvimento sustentável e a proteção do bioma. Para tanto, é imperativo criar marcos regulatórios atrativos que incentivem investimentos externos diretos na exploração dos recursos naturais, bem como investimentos em infraestrutura crítica (logística, comunicação, energia limpa e saneamento).

Deve-se reconhecer que o verdadeiro poder transformador vem da sinergia da hélice tríplice pan-amazônica, liderada pela hélice tríplice brasileira. Urge, pois, transformar recursos naturais em riqueza real, consolidar uma economia de base florestal sustentável como pilar do poder nacional e regional, fortalecer a soberania e a capacidade de barganha coletiva dos países amazônicos diante de desafios globais e interesses externos.

Em suma, a Pan-Amazônia só realizará plenamente seu potencial como fonte de poder estratégico para o Brasil e os demais países amazônicos através da ação sinérgica e determinada de seus núcleos estratégicos. Empresas e start-ups inovadoras, universidades geradoras de conhecimento tecnológico e governos atuando como órgãos financiadores e reguladores, são os agentes indispensáveis para catalisar essa transformação paradigmática da região amazônica. O desafio é de grande monta, é bem verdade, mas

a sinergia entre empresas, universidades e entes estatais brasileiros é fundamental para transformar o potencial estratégico da Pan-Amazônia em poder real para todos os países da região.

Tal perspectiva não só consolida a autonomia tecnológica, mas também projeta os países amazônicos como um bloco coeso e com maior capacidade de resiliência à guerra jurídica (lawfare), perpetrada por atores externos, viabilizando assim a preservação da Pan-Amazônia como patrimônio ecológico mundial, lado a lado, com a Pan-Amazônia como pilar do poder geopolítico perceptível da região, e, em especial, do Brasil.

#### 4 CONCLUSÃO

A Pan-Amazônia é, antes de tudo, um espaço de desafios e oportunidades que exige do Brasil a capacidade de exercer liderança responsável, articulando interesses nacionais e regionais em consonância com os princípios constitucionais e os compromissos internacionais.

A formulação de uma Grande Estratégia Pan-Amazônica, ancorada na tríplice hélice expandida e operacionalizada pela OTCA, permitirá a construção de soluções coletivas para os problemas ambientais, sociais e econômicos da região, consolidando a soberania nacional e a projeção internacional do Brasil no Sistema de Governança Global.

Nesse sentido, a harmonização entre preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico não é apenas uma exigência ética e constitucional, mas uma oportunidade geopolítica de protagonismo brasileiro em um dos temas mais sensíveis e estratégicos do século XXI.

Para o Brasil, cuja Amazônia Legal corresponde a cerca de 60% do território nacional, a Pan-Amazônia é espaço de afirmação de soberania, de projeção internacional e de consolidação de políticas de segurança e integração regional. A crescente internacionalização do discurso ambiental e os interesses exógenos sobre a região impõem ao país a responsabilidade de liderar uma estratégia que garanta a soberania nacional e regional, sem abdicar dos compromissos globais com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Esse é o grande desafio do estrategista brasileiro no horizonte temporal de 2050.

A Amazônia transcende sua importância ambiental e assume o caráter de ativo geopolítico de primeira ordem. Com cerca de 7,8 milhões de km<sup>2</sup>, abrigando a maior floresta tropical do mundo, esse território desempenha papel decisivo na regulação do clima planetário, no estoque de biodiversidade e nos recursos hídricos. Simultaneamente, a região enfrenta vulnerabilidades socioeconômicas históricas, com altas taxas de pobreza, exclusão social e infraestrutura precária.

Como visto, a Pan-Amazônia configura-se como um dos territórios mais estratégicos do planeta, reunindo riquezas ambientais incomparáveis, povos tradicionais e potencialidades econômicas de grande valor, daí sua importância para a consecução dos quatro grandes arquétipos geopolíticos, que posicionam o Brasil como uma superpotência ambiental, energética, alimentar e aquífera.

A Pan-Amazônia, conjunto de territórios amazônicos distribuídos por nove países sul-americanos, possui relevância ambiental, econômica e geopolítica que ultrapassa os limites regionais e alcança dimensão planetária. A crescente mobilização internacional em torno da conservação da Amazônia, associada aos desafios estruturais de integração, desenvolvimento e segurança na região, impõe aos países amazônicos, especialmente ao Brasil, a responsabilidade de formular estratégias coordenadas e eficientes.

Dessarte, este artigo propôs uma reflexão sobre a importância geopolítica da região para o Brasil, defendendo a formulação de uma Grande Estratégia multilateral sob liderança brasileira, tendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como instância coordenadora. A partir da metodologia dos núcleos estratégicos, uma expansão do modelo de tríplice hélice, sugere-se a criação de arranjos sinérgicos entre empresas, universidades e governos locais como meio de assegurar o desenvolvimento sustentável, garantir direitos sociais e proteger o patrimônio ambiental da Pan-Amazônia.

Assim, neste contexto, propõe-se a concepção de uma **Grande Estratégia Pan-Amazônica**, conduzida sob a liderança brasileira, visando compatibilizar desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental por meio de mecanismos multilaterais e sinergias entre atores estratégicos.

Destarte, a Estratégia da Pan-Amazônia, sob liderança brasileira, rompe com a lógica neocolonial de exportadores de matéria-prima e propõe uma renovação geopolítica da região a partir de arquétipos, que valorizam a resiliência dos núcleos estratégicos já consolidados e impulsionam a criação de novas empresas, centros de pesquisa e instituições estatais, com capacidade de inserção e competitividade no sistema internacional. Conclui-se, portanto, que a governança integrada e o equilíbrio entre exploração econômica e sustentabilidade são essenciais para o futuro da região.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. de O.; CARVALHO, A. B. Planejamento espacial marinho como ferramenta de gestão de política pública para a Amazônia azul. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, Brasília, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16894>. Acesso em: 26 maio 2025.

AGUIAR CAVALCANTE, M. M. DE. A Amazônia no Centro da Geopolítica Global. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 221–241, 2025. DOI: 10.62516/terra\_livre.2024.3681. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3681>. Acesso em: 24 maio 2025.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>. Acesso em: 21/07/2025.

BRASIL. **Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980**, que promulga o Tratado de Cooperação Amazônica, concluído entre os Governos República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru, da República do Suriname e da República da Venezuela. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1980/d85050.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1980/d85050.html). Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 5 de outubro de 1988. Organização de Alexandre de Moraes. 52. ed. Barueri (SP): Atlas, 2024.

DAMASCENO, J. P. T.; FRANÇA, M. G.; SILVA JUNIOR, L. de O. Integração regional e desenvolvimento sustentável: o desafio do Tratado de Cooperação Amazônica. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSDISCIPLINARIDADE – SEAT, 2., 2011, Goiânia. **Anais [...]** Goiânia: UFG, 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/3301319/Integra%C3%A7%C3%A3o\\_Regional\\_e\\_Developmento\\_Sustent%C3%A1vel\\_o\\_desafio\\_do\\_Tratado\\_de\\_Coopera%C3%A7%C3%A3o\\_Amaz%C3%B4nica](https://www.academia.edu/3301319/Integra%C3%A7%C3%A3o_Regional_e_Developmento_Sustent%C3%A1vel_o_desafio_do_Tratado_de_Coopera%C3%A7%C3%A3o_Amaz%C3%B4nica). Acesso em: 12 maio 2025.

FERREIRA, A. **Amazônia e Defesa**: uma abordagem a partir do debate sobre desenvolvimento sustentável, soberania, defesa e segurança nacional na Amazônia brasileira. 2024. Disponível em: [https://soberaniaclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No\\_03-Setembro-2024-Portugues-06-27-37.pdf](https://soberaniaclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-27-37.pdf). Acesso em: 24 maio 2025.

GÓES, G. S. 200 Anos de Independência: em busca de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 80, p. 65-93, 2022.

GÓES, G. S. A Grande Estratégia Brasileira da Tríplice Tríade: pensando o futuro do País. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 39, n. 86, p. 34-61, 2024.

KOURLIANDSKY, J. J. Amazonie: un enjeu forestier, environnemental et géopolitique. **Après-demain**, v. 68, n. 4, p. 5-9, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/apdem.068.0005>. Acesso em: 24 maio 2025.

MATTOS, C. de M. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Sn48BCnQ93KzGgbFsPnp5fn/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2025.

RITO, R. D. Amazônia Brasileira: Ocupação e Desafios na Fronteira. **Revista (Re) Definições das Fronteiras**, v. 2, n. 6, p. 79-97, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10W.59731/rdf.v2i6.91>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, C. B. G. Geopolítica na Pan-Amazônia: territórios, fronteiras e identidades. **Revista GeoAmazônia**, v. 2, n. 03, p. 59-84, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12407>. Acesso em: 12 maio 2025.

SOUZA LEITE GARCIA, T. de; CANOA DE GODOY, L. P.; LILIA PASQUARIELLO MARIANO, K. Agenda Ambiental no Regionalismo Sul-Americano: os casos do MERCOSUL e da OTCA. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. e1429, 2024. DOI: 10.21530/ci.v19n2.2024.1429. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1429>. Acesso em: 25 maio. 2025.

SPADER, R. Os reflexos da segurança ambiental para o exercício da soberania do Estado Brasileiro na Amazônia Legal. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 3, p. 1-17, 2024. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/529>. Acesso em: 24 maio 2025.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 214 p. (Coleção Brasileira, v. 50)